A invisibilidade das mães na universidade: "é como se nós não existíssemos, como se ser mãe não fosse um agravante para a queda do nosso rendimento"[1]

The invisibility of mothers at the university: "it's as if we didn't exist, as if being a mother weren't a complicating factor that contributes to a decline in our performance."

Daiane Pereira Soares
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
João Pessoa, PB
daiane.pereira@academico.ufpb.br
https://orcid.org/0000-0002-7613-1352

Kássia Mota de Sousa
Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Campina Grande, PB
kassia.mota@professor.ufcg.edu.br
https://orcid.org/0000-0003-3765-4799

Jailson José Gomes da Rocha
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
João Pessoa, PB
jailson@cbiotec.ufpb.br
https://orcid.org/0000-0001-8302-0776

Recebido em: 29 de março de 2026
Aceito em: 21 de agosto de 2026

[1] Este texto foi publicado durante os estudos de pós-graduação, nível de mestrado acadêmico, da autora Daiane Pereira Soares, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a quem agradecemos pelo apoio e financiamento.

Resumo:

Este artigo tem como objetivo apresentar os achados da pesquisa desenvolvida no âmbito do trabalho de conclusão de curso intitulado “Hoje eu me pari: escrevivências como ato de descobertas e resistências acerca da trajetória acadêmica”, realizada em 2023. Ancorada no Feminismo Interseccional, a pesquisa buscou refletir sobre os desafios e as realidades de estudantes mães na graduação. Metodologicamente, foi desenvolvida a escrita de cartas a partir do conceito de “escrevivências”. Concluiu-se que as estudantes mães vivenciam desvantagens na universidade devido à sobrecarga de trabalho e, consequentemente, à falta de tempo para a realização das atividades acadêmicas. Além disso, constatou-se que, a depender dos contextos de parentalidade (como no caso de mães solo, mães de pessoas com deficiência e da quantidade de filhas/os), os desafios enfrentados pelas estudantes podem ser potencializados, o que as torna ainda mais vulneráveis no ambiente acadêmico. Por último, foram levantadas, junto às voluntárias da pesquisa, sugestões de ações institucionais que, se efetivadas, poderiam contribuir para uma vivência mais plena dessas mulheres na graduação.

Palavras-chave: Graduação. Gênero. Parentalidade. Interseccionalidade.

Abstract:

This article aims to present the findings of the undergraduate thesis research "Today I gave birth to myself: writings-experiences as acts of discovery and resistance regarding the academic trajectory", conducted in 2023. Anchored in Intersectional Feminism, it sought to reflect on the challenges and realities of student mothers in undergraduate studies. Methodologically, the writing of letters was developed from the concept of "escrevivências". It was concluded that student mothers face disadvantages in the university due to work overload and, consequently, a lack of time to carry out academic activities. Furthermore, it was found that, depending on the contexts of parenthood (single mother, mother of a person with a disability, number of children), the challenges faced by students can be amplified, making them even more vulnerable in the academic environment. Finally, suggestions for institutional actions were raised, together with the research volunteers, which, if implemented, could contribute to the full experience of these women in undergraduate studies.

Keywords: Undergraduate Studies. Gender. Parenthood. Intersectionality.

Introdução

O artigo em tela é um desdobramento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "Hoje eu me pari: escrevivências como ato de descobertas e resistências acerca da trajetória acadêmica", realizado no ano de 2023. O referido trabalho se propôs a analisar como as identidades e os atravessamentos que perpassam a vida das estudantes de graduação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), especificamente do Centro de Formação de Professores (CFP), influenciam seus percursos formativos.

Neste texto, iremos nos aprofundar em um dos temas levantados no referido trabalho: a experiência de mães na universidade, considerando como os atravessamentos de gênero influenciam seus percursos acadêmicos e pessoais.

A proposta deste texto é apresentar a realidade de mães estudantes a partir de uma perspectiva interseccional, considerando os desdobramentos relacionados ao exercício da parentalidade e aos atravessamentos de classe, território, entre outros. Além disso, buscamos trazer para a discussão a importância de políticas públicas e de estratégias efetivas para a promoção do acesso e da permanência de mulheres mães e estudantes na universidade.

Metodologia

A pesquisa foi realizada[2] no Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *campus* de Cajazeiras, Paraíba, localizado no Alto Sertão paraibano. As participantes da pesquisa foram graduandas da referida instituição.

O encontro com as *hermanas*[3] se deu através da divulgação da pesquisa no *campus* e nas redes sociais (*WhatsApp* e *Instagram*). Durante a divulgação, foi disponibilizado um formulário virtual por meio do qual as estudantes poderiam expressar o interesse em participar como voluntárias da pesquisa. Em seguida, a

[2]Com aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), Parecer n° 6.234.459, da Universidade Federal de Campina Grande, do Centro de Formação de Professores (UFCG/CFP).

[3] Na tradução para o português significa "irmãs". Nós, escritoras feministas interseccionais, chamamo-nos umas às outras a partir dessa expressão. Acredito que é a partir dessa declaração, de irmãs, que conseguimos traçar o comprometimento coletivo que tanto defendemos. Irmãs de vivências e de escritas.

pesquisadora entrou em contato para a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e para a entrega dos materiais necessários à participação. Vale ressaltar que as etapas de divulgação, entrega dos materiais, assinatura do TCLE e recebimento das cartas foram realizadas entre agosto e outubro de 2023.

O instrumento de coleta de dados foram as cartas escritas pelas universitárias, a partir do conceito de escrevivência, que se refere a escritas que partem das vivências não apenas individuais, mas também coletivas de quem escreve, resgatando toda uma ancestralidade, história e memória (Evaristo, 2020). Sendo as cartas o instrumento de coleta de dados, adotou-se o modelo de pesquisa documental, no qual as informações são organizadas sistematicamente e registradas em materiais duráveis (Gonsalves, 2001).

Nessas cartas, as voluntárias foram convidadas a refletir sobre ser mulher e estudante, pontuando os possíveis desafios que perpassam suas trajetórias acadêmicas. Desse modo, sugeriram-se cinco pontos de reflexão: 1. Como se identifica; 2. Demandas e desafios que dificultam uma formação acadêmica plena; 3. Desigualdades vivenciadas e realidade em que se encontra; 4. Caminhos encontrados para perpassar os desafios; e 5. Qual o suporte oferecido pela instituição de ensino.

Para a análise das cartas, foram utilizados a Análise de Conteúdo, com base na técnica de análise temática (Bardin, 1997), e a proposta teórico-metodológica da interseccionalidade, abordada por Crenshaw (2004). Compreendemos que se trata de autoras situadas em contextos diferentes; porém, ambas contribuíram significativamente para o processo de análise da pesquisa.

A partir dessa proposta, foi realizada a primeira etapa do processo de análise, que se subdividiu em: 1. Pré-análise, que consiste na realização da leitura flutuante, ou seja, em uma leitura inicial de todo o material; 2. Unitarização, etapa em que foi realizada a leitura e a releitura do material de forma mais aprofundada, elencando-se as Unidades de Contexto (UC), para o levantamento dos núcleos principais de cada ponto de reflexão sugeridos pela pesquisadora, e as Unidades de Registro (UR), compreendidas como as intersecções presentes em cada UC (Bardin, 1997).

Nesse momento da análise, o diálogo entre as propostas de Laurence Bardin (1997) e Crenshaw (2004) já estava sendo estabelecido, haja vista que as UC (Quadro 1) e as UR (Quadro 2) foram representadas por meio da proposta teórico-metodológica de

Kimberlé Crenshaw. Desse modo, surgiram as figuras de "de(s)ingularidade dos atravessamentos":

> O termo "de(s)ingularidade" é a junção do prefixo "des" com a palavra "singularidade". O prefixo *des* segundo o dicionário Priberam (online) indica negação, separação ou cessação; já a palavra singularidade, segundo o dicionário Dicio (online), significa algo único. Isso indica que ao tempo que esses atravessamentos se cruzam eles formam a identidade das *hermanas*, sua singularidade. Mas, ao mesmo tempo, os mesmos atravessamentos as posicionam em diversos lugares, trazendo à tona "as muitas de si", por isso o prefixo *des*. Deste modo, trabalhando a singularidade a partir de uma perspectiva de coletividade (Soares, 2023, p. 44).

A leitura das figuras é realizada por meio de quadros que representam, através de cores, os atravessamentos que perpassam a vida e as trajetórias das *hermanas* participantes da pesquisa. No primeiro quadro, são retratados os núcleos gerais de cada tema, representados por setas de linha contínua; no segundo quadro, são retratadas as intersecções desses núcleos, representadas por setas de linha seccionada.

É importante observar que as linhas centrais, de cores violeta e amarela, não possuem setas. Elas representam os elementos comuns a todas as *hermanas*, quais sejam, os atravessamentos de gênero e de ser estudante. Já as demais setas, sejam elas contínuas e/ou seccionadas, mostram, visualmente, os atravessamentos que perpassam a trajetória de cada uma, a depender de seu contexto, para além das questões comuns a todas:

Quadro 1 – Leitura das setas de linhas contínuas

Cor	Nome da cor	Identificação
	Violeta	Gênero
	Amarelo	Estudante
	Verde	Raça
	Laranja	Classe social baixa
	Vermelho	Trabalhadora remunerada
	Rosa	Parentalidade
	Azul	Trajeto
	Marrom	TDAH

Fonte: Soares (2023).

Quadro 2 – Leitura das setas de linhas seccionadas

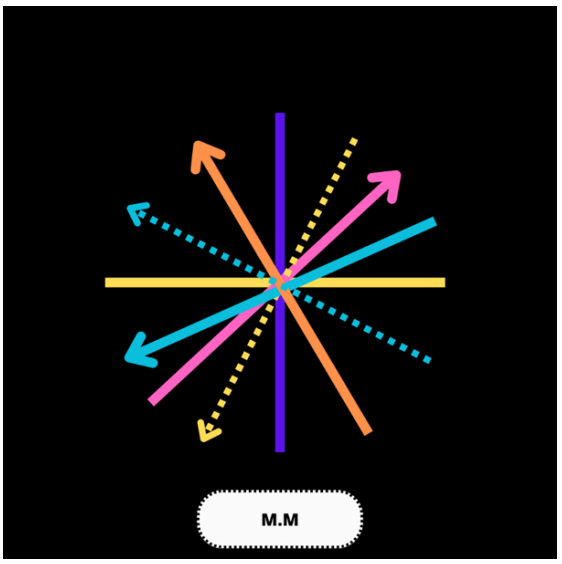
Cores	Nome das cores	Identificação das cores
	Rosa (mesma cor de parentalidade)	Mãe de mais de um/a filho/a
	Rosa claro	Mãe solo
	Rosa escuro	Mãe solo de pessoa com deficiência
	Azul (mesma cor de trajeto)	Mora longe da universidade
	Azul claro	Mora em outra cidade
	Azul escuro	Mora em outro Estado
	Amarelo	Estuda a noite

Fonte: Soares (2023).

Embora a apresentação teórico-metodológica da pesquisa não seja o foco deste texto, consideramos importante retomá-la, ainda que de forma sutil, para apresentar, neste espaço, as *hermanas* mães universitárias participantes da pesquisa. Isso porque elas construíram a pesquisa junto com a pesquisadora e, a partir de suas memórias e vivências, foi possível produzir conhecimento científico e refletir sobre a realidade de mulheres mães na graduação. A seguir, apresentamo-las com base em suas autodeclarações e autodescrições presentes nas escrevivências.

M.M. era uma mulher de 24 anos de idade à época da realização do estudo, branca, nordestina, do interior da Paraíba, casada, mãe de uma criança de cinco anos de idade, dona de casa, pobre, filha de pai e mãe agricultores e egressa de escolas públicas. Quanto à sua locomoção até a universidade, por morar longe, embora residisse na cidade onde está localizada a instituição, dependia de caronas em transportes universitários. Em suas escrevivências, foram identificadas as seguintes intersecções: gênero, estudante, estudante do turno noturno, trajeto, distância da universidade e parentalidade (Figura 1).

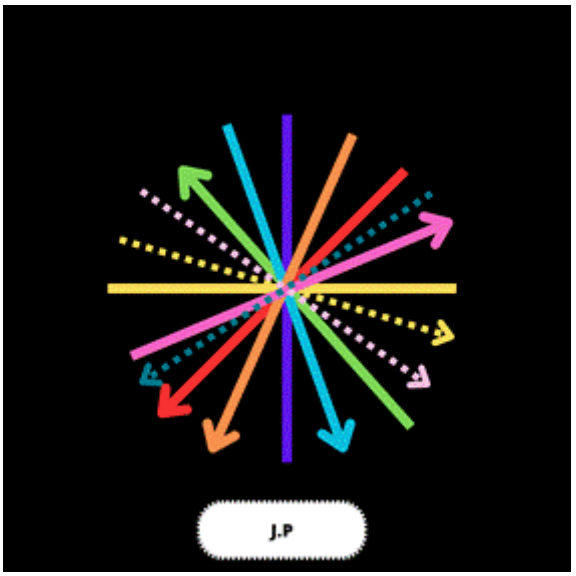
Figura 1 – De(s)ingularidade dos atravessamentos de M.M.



Fonte: Soares (2023).

J.P. tinha 25 anos de idade, era parda, nordestina do interior do Ceará, mãe solo de uma criança de seis anos de idade, pobre, trabalhadora remunerada e egressa exclusivamente de instituições públicas de ensino. Era estudante do curso noturno de Licenciatura em História e, à época da pesquisa, encontrava-se no décimo terceiro período. Engravidou durante o segundo período do curso e, em decorrência da ausência de políticas institucionais efetivas, reprovou em algumas disciplinas e precisou trancar o curso. Esse fato justifica a quantidade de períodos adicionais cursados. Utilizava o transporte público para se deslocar até a universidade, realizando o trajeto entre o estado do Ceará e o estado da Paraíba. As intersecções identificadas em suas escrevivências foram: gênero, estudante, estudante do turno noturno, raça, classe, trabalhadora remunerada, parentalidade, mãe solo, trajeto e residência em outro estado (Figura 2).

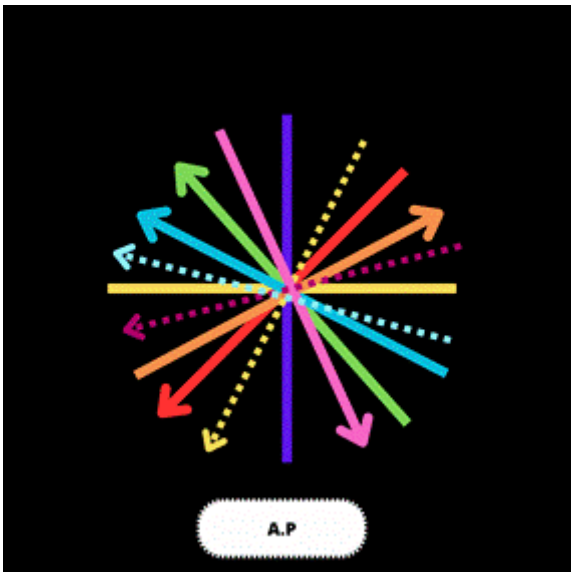
Figura 2 – De(s)ingularidade dos atravessamentos de J.P.



Fonte: Soares (2023).

A.P. tinha 28 anos de idade, era parda, nordestina do interior da Paraíba, mãe de uma criança com Síndrome de Down de sete anos de idade, viúva, pobre, trabalhadora remunerada, egressa exclusivamente de escolas públicas e autodenominada “fora dos padrões”. Era estudante do curso noturno de Licenciatura em Pedagogia e, à época da pesquisa, encontrava-se no nono período. Quanto à sua locomoção até a universidade, utilizava o transporte público, deslocando-se de uma cidade para outra. As intersecções identificadas em suas escrevivências foram: gênero, estudante, estudante do turno noturno, raça, trabalhadora remunerada, classe, parentalidade, mãe solo de uma criança com deficiência, trajeto e residência em outra cidade (Figura 3).

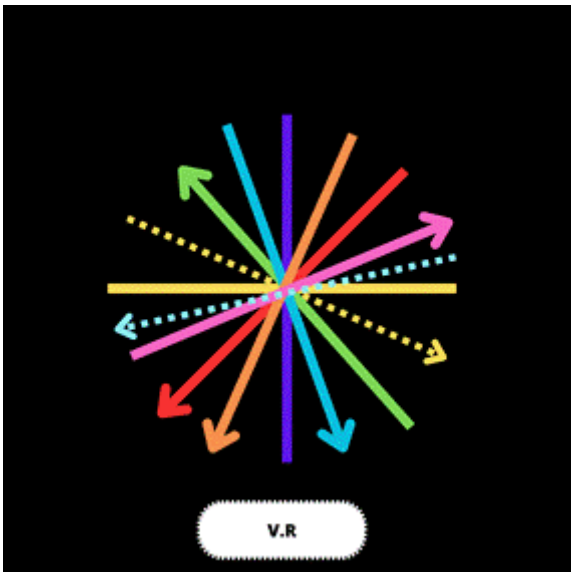
Figura 3 – De(s)ingularidade dos atravessamentos de A.P.



Fonte: Soares (2023).

V.R. tinha 23 anos de idade, era preta, pobre, mãe de uma criança de três anos de idade, casada, trabalhadora remunerada e nordestina do interior da Paraíba. Foi a primeira pessoa de sua família a ingressar no Ensino Superior. Já estudou tanto em instituições particulares quanto em instituições públicas. Era estudante do curso noturno de Licenciatura em Pedagogia e, à época da pesquisa, encontrava-se no nono período. Quanto à sua locomoção até a universidade, utilizava o transporte público, deslocando-se de uma cidade para outra. As intersecções identificadas em suas escrevivências foram: gênero, estudante, estudante do turno noturno, raça, classe, trabalhadora remunerada, parentalidade, trajeto e residência em outra cidade (Figura 4).

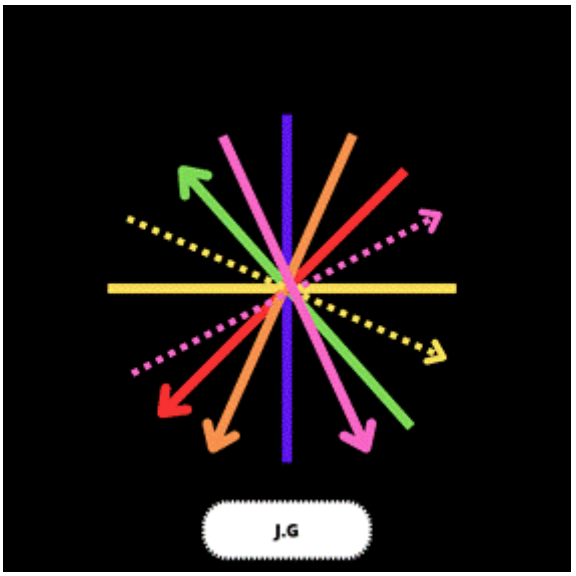
Figura 4 – De(s)ingularidade dos atravessamentos de V.R.



Fonte: Soares (2023).

J.G. tinha 37 anos de idade, era preta, pobre, mãe de três crianças (de nove, cinco e dois anos de idade), casada, trabalhadora remunerada, dona de casa e nordestina do interior da Paraíba. Estudou somente em escolas públicas. Era estudante do curso noturno de Licenciatura em Pedagogia e, à época da pesquisa, encontrava-se no nono período. Residia na mesma cidade da instituição em que estudava. Quanto à sua locomoção até a universidade, não dependia de transporte público. As intersecções identificadas em suas escrevivências foram: gênero, estudante, estudante do turno noturno, raça, classe, trabalhadora remunerada, parentalidade e mãe de mais de um/a filho/a (Figura 5).

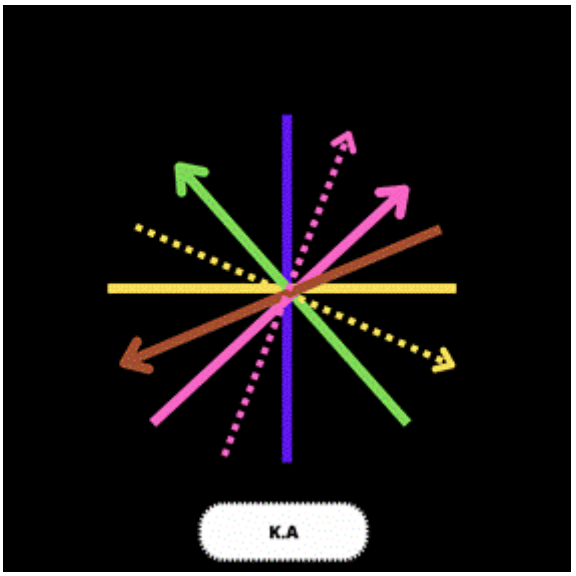
Figura 5 – De(s)ingularidade dos atravessamentos de J.G.



Fonte: Soares (2023).

K.A. tinha 36 anos de idade, era parda, de classe média, dona de casa, mãe de duas crianças — uma de sete anos e outra de seis meses de idade —, casada e nordestina do interior da Paraíba. Tinha Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e estudou somente em escolas públicas. Era estudante do curso noturno de Licenciatura em Pedagogia e, à época da pesquisa, encontrava-se no décimo primeiro período. Residia na cidade da instituição em que estudava e utilizava seu próprio transporte para se deslocar até a universidade. As intersecções identificadas em suas escrevivências foram: gênero, estudante, estudante do turno noturno, raça, parentalidade, mãe de mais de uma/um filha/o e TDAH (Figura 6).

Figura 6 – De(s)ingularidade dos atravessamentos de K.A.



Fonte: Soares (2023).

Estas são as mulheres mães e universitárias que, para além de participar da pesquisa, escreveram este estudo junto com a pesquisadora por meio de suas escrevivências. Reescrevendo, como afirma Anzaldúa (2000), as histórias mal escritas e aquilo que não foi dito na "história oficial". É a partir de suas narrativas e memórias que refletimos sobre as experiências de mães na universidade, evidenciando suas realidades, bem como suas resistências para permanecerem no ambiente acadêmico.

Após esse levantamento, foi realizada a segunda e última etapa do processo de análise das cartas: a análise temática. Nesse momento, foram elencados os núcleos de sentido. Nessa etapa, foram observadas as unidades levantadas (Unidades de Contexto e Unidades de Registro) e especificados os temas que apareceram com maior frequência, quais sejam: gênero, estudante, classe social, trabalho remunerado, parentalidade e trajeto. Como os núcleos "gênero", "estudante" e "classe social" estavam presentes nas cartas de todas as universitárias, passaram a ser considerados categorias de análise dos temas elencados para a discussão da pesquisa. Assim, foram discutidos os seguintes temas: trabalho remunerado, parentalidade — tema que será aprofundado no texto em tela — e trajeto, considerando, em todos eles, as questões de gênero, suas realidades enquanto estudantes e suas condições econômicas de forma interseccional.

Resultados e discussões

Estudos apontam como o trabalho do cuidado e o trabalho doméstico são invisibilizados e considerados atividades naturais que as mulheres precisam exercer para afirmar sua "essência feminina" (Federici, 2019). Há todo um sistema organizado que lucra econômica, cultural e socialmente com essa dinâmica. Rodríguez Enríquez (2022) analisa a Organização Social do Cuidado (OSC), sustentada por uma construção histórica e social que impõe relações patriarcais de gênero e, desse modo, reproduz diversos mecanismos de injustiça e aprofundamento das desigualdades sociais.

Já Federici (2019) aponta que, ao serem retirados do campo do "trabalho" e considerados atividades que proporcionam plenitude às mulheres, o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado têm fortalecido, cada vez mais, no senso comum, a invisibilização dessas atividades, acarretando sobrecarga diária, múltiplas jornadas e, sobretudo, a ausência de questionamento crítico acerca desses mecanismos de dominação e exploração.

Desse modo, por compreendermos a existência de uma sistemática que coloca as mulheres em desvantagem em diversos aspectos de suas vidas — seja na esfera privada, seja na pública — e que recusa e subvaloriza o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado (Biroli, 2018), procuramos questionar a realidade de estudantes mães na graduação.

A pesquisa contou com seis mães e estudantes, todas estudantes do turno noturno, o que reforça os dados apresentados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes, 2019), na "V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES". O estudo afirma que quase metade (49,4%) dos(as) estudantes dos turnos noturnos são estudantes ocupados(as), ou seja, estudantes que, para além das atividades acadêmicas, exercem outro tipo de atividade. Esse é o caso das *hermanas* participantes da pesquisa, que também desempenham atividades domésticas e de cuidado.

Por trabalharmos a partir de uma perspectiva interseccional, buscamos, nesta análise, não universalizar as experiências das mulheres mães e estudantes participantes deste estudo. Inferimos que os contextos de parentalidade são vivenciados de formas diversas, a depender das condições de classe, raça, território, entre outras, para além das relações de gênero (Biroli, 2018). Nesse sentido, identificamos quatro configurações no

contexto da parentalidade das *hermanas*: uma é mãe solo de uma criança com deficiência; uma é mãe solo de uma criança; duas são mães casadas com mais de uma criança; e duas são mães casadas com uma criança. A idade dos filhos e das filhas varia entre seis meses e nove anos.

É importante sinalizar essas intersecções, pois, como discutimos anteriormente, o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado colocam as mulheres em posições de desvantagem e vulnerabilidade. Quando consideramos os contextos de parentalidade nos quais as mulheres estão inseridas, essas desvantagens e vulnerabilidades podem se acentuar.

Biroli (2018), ao analisar a divisão sexual do trabalho, mostra que a maternidade é historicamente definida por essa divisão, a qual sobrecarrega as mulheres e as restringe de participar de outras esferas da vida. Mesquita *et al.* (2019) complementam essa discussão ao analisarem a realidade de mulheres mães estudantes, demonstrando que elas vivenciam desvantagens no meio acadêmico, visto que assumem múltiplas tarefas e precisam conciliar as atividades parentais, domésticas e acadêmicas:

> "Após o nascimento de N*, o cansaço veio um pouco mais intenso sobre mim. As noites são mais curtas, o tempo corrido, mas as necessidades ainda estão aqui. Com relação a horários de estudo, geralmente me concentro melhor a noite; então, sempre que ele dorme, tento ser produtiva ao máximo (mesmo sabendo que no dia seguinte estarei morta) e, às vezes, isso me deixa acordada até altas horas. Antes de ser mãe, eu conseguia me dedicar mais às atividades acadêmicas. Contudo, de uns anos para cá, isso tem sido difícil, e eu sinto muito por mim mesma. Me perdi um pouco nessa caminhada entre os ofícios da maternidade-universidade" (V.R., 2023).

> "O curso de pedagogia é um desafio! Quando eu iniciei, eu tinha uma filha de dois anos, que é uma idade desafiadora. Eu, como mãe de primeira, não conseguia fazer as leituras longas, e uma filha pequena querendo atenção [...]" (K.A., 2023).

> "Muitos foram os desafios. Quando chegou o retorno das aulas presenciais, sofri em ter que deixar o meu bebê e pegar a estrada todos os dias de segunda a sexta, enfrentando o cansaço de todo um dia e noites mal dormidas" (J.P., 2023).

> "Ser mãe e estudante é um grande desafio. Por muito tempo me senti culpada por não ser mais presente na vida dos meus filhos ou por estar ocupando o meu tempo com outras questões que não fossem dar de conta das demandas acadêmicas" (J.G., 2023).

Nas escrevivências das *hermanas*, fica evidente a tentativa de conciliar as atividades acadêmicas com os cuidados com os filhos e as filhas. Podemos perceber que essa tentativa se desdobra em cansaço, noites mal dormidas, falta de produtividade acadêmica e culpa e sofrimento por não conseguirem estar presentes na vida de seus filhos e filhas. Rodríguez Enríquez (2022, p. 152) menciona que esse sentimento de culpa é (re)produzido, sobretudo na América Latina, pelas instituições, pela educação, pelas religiões, pela tradição e pelas práticas domésticas cotidianas, levando "as mulheres a se autoimpor essas responsabilidades e a se sentir culpadas quando desejam ou precisam delegá-las".

Segundo Fernandes (2022), esse sentimento de culpa é contínuo na vida de mulheres de classes sociais mais baixas, em razão da necessidade de exercerem um trabalho remunerado para manter a casa e arcar com as despesas. Biroli (2018, p. 105) complementa essa discussão ao afirmar que "para muitas delas, passar tempo com os filhos, acompanhar lições de casa e mesmo realizar com alguma tranquilidade o trabalho doméstico cotidiano pode ser um luxo, em vez de um fardo". Para essas mulheres, em razão das condições socioeconômicas, torna-se necessário conciliar o trabalho remunerado com o trabalho não remunerado. Isso evidencia como o fator econômico pode intensificar as situações de injustiça e vulnerabilidade.

Entre as seis *hermanas* que são mães e estudantes, quatro são trabalhadoras remuneradas e pertencem à classe baixa. Das duas restantes, uma é trabalhadora não remunerada e pertence à classe baixa, enquanto a outra é trabalhadora não remunerada e pertence à classe média. Nesse sentido, a maioria vive o dilema de conciliar o trabalho remunerado, as atividades domésticas e as responsabilidades parentais:

> "Precisava trabalhar para ter dinheiro, para tentar me manter com o meu filho agora, mas só terei melhores condições quando tiver esse diploma; então, como terei tempo e dedicação para essas multitarefas? Sempre era: e os cuidados com o meu filho? Com o trabalho? Com a faculdade? E minha pessoalidade e intimidade? São tantas coisas, e muitas delas são deixadas as vezes de lado em prol de outras. No fim, o equilíbrio de todos seria

> importante, mas no caso em questão é sempre o desistir de uma para tentar manter a outra" (J.P., 2023).

> "Obter uma formação acadêmica plena é muito difícil. Afinal, existem demandas e desafios que, por muitas vezes, tornam essa caminhada um tanto dolorosa. Como sou mãe, estudante [trabalhadora remunerada] e dona de casa, nem sempre é fácil conciliar esses afazeres ou distribuir horários de acordo com tais necessidades. O meu filho consome a maior parte do meu tempo e da minha energia. Tudo o que faço é em prol dele" (V.R., 2023).

Podemos observar que, quando o trabalho não remunerado é distribuído de forma desigual entre homens e mulheres, as dificuldades e a sobrecarga aumentam consideravelmente, sobretudo quando considerados os diversos atravessamentos que perpassam suas vidas, restringindo seu envolvimento em outras dimensões da vida (Biroli, 2018). Rodríguez Enríquez (2022, p. 157) salienta:

> [...] há duas dimensões nas quais a injustiça OSC e suas implicações em termos de obstáculos para a participação das mulheres no mercado de trabalho têm consequências econômicas. De um lado, a que se expressa em nível macro da subutilização da força de trabalho das mulheres. Isso se evidencia na baixa taxa de atividade e no menor tempo dedicado na média ao trabalho remunerado, como consequência das dificuldades de conciliar a vida profissional com as responsabilidades do cuidado. De outro lado, a que se expressa em nível micro, na perda de produtividade derivada dos problemas de absenteísmo, rotação e estresse nas condições de trabalho entre as pessoas que vivenciam o esforço de conciliar ambos os aspectos da vida.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) evidenciam que as mulheres, independentemente da condição no domicílio (responsável, cônjuge ou companheira/o, filha/o ou enteado/a), são as que mais se envolvem na realização de afazeres domésticos em comparação aos homens. Da mesma forma, são elas, independentemente da condição no domicílio, que estão mais envolvidas na realização de atividades de cuidado de pessoas (IBGE, 2023).

Notamos que, em razão dos diversos cruzamentos discutidos até aqui, as mães estudantes dispõem de menos tempo para se dedicarem plenamente às atividades acadêmicas. Quanto maior o número de cruzamentos que produzem desvantagens e

vulnerabilidades, maior tende a ser a redução do tempo disponível para a dedicação aos estudos. Porém, quando consideramos a interseccionalidade da parentalidade das *hermanas* participantes da pesquisa, essa redução do tempo e as consequentes desvantagens podem se intensificar ainda mais.

As autoras Borges (2020) e Fernandes (2022), ao refletirem sobre as realidades de mães solo, evidenciam que a sobrecarga para essas mulheres é ainda maior, pois elas acabam assumindo, sozinhas, na maioria das vezes, a responsabilidade pela manutenção — financeira e emocional — e pela organização do lar. Essa é a realidade vivenciada pela *hermana* J.P.:

> "Quando descobri que estava grávida estando ainda no segundo período do curso, meu mundo caiu. De repente, me vi perdida como nunca estive antes. Mas uma coisa me fazia ficar um pouco mais tranquila quanto a tudo que estava na minha cabeça, ter o apoio do pai do meu filho comigo, me ajudando e me apoiando no que fosse possível. No entanto, meu mundo desabou quando me deparei que isso não estava e nem iria acontecer, já que o mesmo passou a me deixar de lado e a não cumprir com o seu papel de companheiro. Algumas pessoas podem se perguntar: o que esse fato tem haver? E é justamente uma parte que considero ser de extrema importância. Afinal, envolve o meu emocional naquele momento, que vai implicar direta e indiretamente em muitos aspectos da minha vida, inclusive acadêmica. Se a situação, sem ter casa própria, morando com irmã e sobrinhos, não ter uma renda fixa e estar no início do curso já é bastante complicado, se deparar com o abandono do seu presente parceiro, pai do seu filho, só faz você ver o fundo do poço" (J.P., 2023).

Como podemos notar na escrevivência de J.P. e nos diálogos promovidos por Borges (2020) e Fernandes (2022), as mães solo, para além das desigualdades de gênero e econômicas — quando consideramos o fator classe — e da sobrecarga de trabalho, vivenciam também uma maior vulnerabilidade emocional, visto que sofrem preconceitos sociais por não estarem em uma relação conjugal. Essa realidade implica diretamente seus percursos acadêmicos.

O abandono paterno está estritamente ligado à naturalização do trabalho doméstico e do cuidado, pois, ao atribuir essas tarefas à natureza das mulheres,

reforça-se a ideia de que "ser mãe é mais importante do que ser pai" (hooks[4], 2019, p. 107), legitimando, desse modo, o abandono ou a omissão paterna:

> "Dessa forma, no período pandêmico, tive que sair da casa da minha sogra e casei oficialmente com o pai da M*. Tornei-me dona de casa, mãe e estudante. Fiquei responsável por todo cuidado da M* e manutenção da casa, assistindo e fazendo as atividades do curso de forma remota. [...] Hoje em dia, as dificuldades não diminuíram, elas aumentaram. Eu moro em uma casinha cedida pela minha avó, moramos eu e a M*. O pai dela mora em outra cidade. Isso quer dizer que eu cuido da M* parcialmente solo" (M.M., 2023).

Podemos perceber que, mesmo sendo casada, a *hermana* M.M. é responsável pelos afazeres domésticos e pelos cuidados parentais, tendo de conciliá-los com as atividades acadêmicas. Nesse caso, embora não seja mãe solo, ela acaba assumindo a responsabilidade pelos cuidados com o lar e com a criança, evidenciando, novamente, a divisão sexual do trabalho não remunerado.

Vimos que ser mãe solo pode agravar ainda mais a sobrecarga e reduzir o tempo disponível para a dedicação aos estudos. Entretanto, quando consideramos a realidade de mães solo de crianças com deficiência, essas vulnerabilidades podem se intensificar ainda mais. Essa é a realidade vivenciada pela *hermana* A.P.:

> "[...] precisava trabalhar para poder sustentar a casa e as terapias do meu filho. Parar de fazer terapia com ele era impossível, pois ele necessita de estímulos para poder ganhar mais autonomia, e desistir do curso de pedagogia era algo que jamais poderia acontecer, já que eu sempre vou buscar ser para o meu filho a melhor mãe que ele pode ter [...]" (A.P., 2023).

> "Para participar de programas acadêmicos, na realidade que eu vivo, era impossível, pois todo o tempo eu já estava ocupada com alguma atividade [...]. À tarde, meu filho que nasceu com Síndrome de Down tinha terapia: dois dias na semana em Sousa, um dia em Cajazeiras e dois na cidade que moramos [...]" (A.P., 2023).

[4] "bell hooks, assim mesmo, em minúsculas, é o pseudônimo escolhido por Gloria Jean Watkins em homenagem à sua avó. O nome escolhido, grafado em minúscula, é um posicionamento político da recusa egóica intelectual. hooks queria que prestássemos atenção em suas obras, em suas palavras, e não em sua pessoa." (Caruso, 2021, [p. 1]).

A *hermana* A.P. é viúva e responsável pelos cuidados de seu filho. Além de exercer trabalho remunerado, realizar os afazeres domésticos, assumir os cuidados parentais e atender às demandas dos estudos, precisava também reservar espaço em sua agenda para levar e acompanhar seu filho nas terapias. Em uma semana de sete dias, em cinco deles havia terapia para seu filho. Isso evidencia que, para mães de crianças com deficiência, são demandados maior atenção e tempo para cuidados específicos e, quando se trata de mães solo, esse quadro pode se intensificar ainda mais. Essas demandas podem dificultar sua participação efetiva e plena nas atividades da universidade. A quantidade de filhos e filhas também pode intensificar essa sobrecarga:

> Dentre estudantes com 4 ou mais filhos, 53,4% são do sexo masculino. Dentre estudantes com 1 filho(a) quase 60% são do sexo feminino. À medida que cresce o número de filhos(as) diminui o percentual de estudantes deste sexo, o que indica que maternidade e vida acadêmica são mais difíceis de conciliar, quando estudantes do sexo feminino têm mais de 1 filho(a) (Andifes, 2019, p. 60).

A hermana M.M. confirma esse dado ao afirmar:

> "Mal eu sabia que a luta só estaria começando. Com uma bebê de oito meses e trabalhando o dia todo, quem ia ficar com ela para eu ir assistir aula à noite? Foi ali que eu me vi pedindo a um e outro da família para olhar ela enquanto eu estivesse ausente. Porém, todos com suas obrigações e o pai da M* também estudava. Meio que eu senti me tirando o direito do estudo, por ser mulher e mãe, e eu tive essa confirmação verbalmente todos os dias: alguns me diziam para não continuar" (M.M., 2023).

Mesmo o seu marido sendo estudante, assim como ela, as preocupações e os cuidados com a criança perpassam apenas sua vivência acadêmica. Além disso, a sociedade, como ela mesma aponta, cobrava-lhe ainda mais o exercício dos deveres parentais pelo simples fato de ser mulher. Esses dados e a escrevivência de M.M. corroboram o que foi discutido até aqui acerca de como a divisão sexual do trabalho doméstico e do cuidado influencia a permanência e a vivência plena das mulheres mães na universidade. Evidenciam, ainda, que a ampliação das responsabilidades de cuidado — associada aos diferentes atravessamentos que perpassam suas trajetórias — pode aumentar as dificuldades de permanência e, em determinadas circunstâncias, contribuir

para a evasão ou o abandono dos cursos. Esse foi o caso das *hermanas* J.P. e J.G., que precisaram trancar o curso: a primeira, por ser mãe solo, não contar com a presença do genitor de seu filho e residir em uma cidade vizinha à instituição de ensino; a segunda, por ter suas responsabilidades parentais ampliadas com a chegada de uma nova criança, respectivamente:

> "Com o início do outro período, me encontrava com um bebê que mamava em livre demanda de forma exclusiva, não tinha como voltar a estudar e frequentar a universidade. Então, minha opção exclusiva foi trancar o período inteiro, enquanto os colegas iam seguindo o cronograma" (J.P., 2023).

> "Quando entrei no curso de Pedagogia, tinha apenas uma filha. Depois, engravidei e acabei trancando o curso por dois períodos. Essa decisão de trancamento do curso não foi difícil de tomar. Mas, ao retornar às aulas, comecei a sentir o quanto era difícil dar de conta de tudo. Aos poucos, percebi que, na verdade, não estava dando de conta. Aí, mais uma vez engravidei. Dessa vez, decidi não trancar e, mesmo com todas as dificuldades, fui fazer tudo o que conseguia fazer [...]" (J.G., 2023).

O sentimento que M.M. expõe ao afirmar "eu senti me tirando o direito do estudo, por ser mulher e mãe, e eu tive essa confirmação verbalmente todos os dias: alguns me diziam para não continuar" dialoga com a discussão realizada por Biroli (2018) e Rodríguez Enríquez (2022), quando as autoras evidenciam que a associação entre mulher e mãe pode constituir um espaço de vulnerabilização de direitos e de restrição da cidadania. Ao se construir histórica e culturalmente a divisão sexual do trabalho não remunerado e atribuí-la como algo inerente à natureza das mulheres, o Estado e a sociedade também contribuem para sua vulnerabilização em termos de direitos. Em razão da sobrecarga, essas mulheres podem encontrar dificuldades para exercer plenamente direitos fundamentais, como o direito à educação, como evidencia o estudo em tela. Ao mesmo tempo, essa dinâmica pode restringir sua participação social e o exercício pleno da cidadania, diante das diversas demandas que recaem sobre elas. É nesse contexto que se insere o sentimento compartilhado pela *hermana* V.R.:

> "É como se nós não existíssemos, como se ser mãe não fosse um agravante para a queda do nosso rendimento. E eu sinto muito! Sinto pelas mães que já

> passaram aqui, por mim, que sinto todos os dias desse peso e também pelas mães estudantes que irão sentir a mesma angústia que sinto" (V.R., 2023).

Ao refletirem sobre suas experiências enquanto mães e estudantes, considerando as discussões apresentadas até aqui, as *hermanas* também refletiram sobre sua participação em projetos e/ou programas da universidade:

> "[...] não participo de quase nada, justamente pela existência de todas as demandas já citadas aqui. Em nenhum desses programas, eu pude perceber um espaço voltado para os filhos. Digo: 'não há uma rede apoio por parte da instituição que possa assegurar o cuidado com essas crianças enquanto suas mães tentam se dedicar aos estudos'. Esse fator tem muita influência sobre nossa participação e/ou rendimentos em programas, eventos ou projetos" (V.R., 2023).

> "Entendo que todas as escolhas foram minhas, mas sinto que deveria existir alguma política ou projeto [...] que apoiasse mulheres ou homens como eu, pois nunca pude participar de projetos ou outros eventos na instituição por não ter esse apoio necessário" (J.G., 2023).

> "Na universidade, sinto falta desse suporte, pois não conheço nenhuma política pública que possa ajudar as mães acadêmicas. Já teve dia de que não tinha ninguém para deixar o meu filho em casa e, como não poderia faltar, levei ele junto comigo" (A.P., 2023).

> "Se alcançamos o direito a universidade, por que o ambiente acadêmico não atende às nossas devidas necessidades? Por que temos que escolher entre se dedicar para uma boa profissionalização e abdicar da maternidade? Por que há tantos sacrifícios por parte das mulheres e, quando se trata dos homens, não são cobrados para abdicarem? As respostas para essas e mais perguntas é o que os historiadores chamam de permanências na História" (J.P., 2023).

Podemos observar, em seus escritos, que elas não conseguem participar plenamente do que é considerado o tripé da universidade — ensino, pesquisa e extensão —, o que as coloca em desvantagem tanto no ambiente acadêmico quanto em relação às possibilidades profissionais e à construção de suas carreiras futuras. Isso ocorre porque a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão pode favorecer seu

desempenho em processos seletivos e contribuir para a construção de suas trajetórias profissionais.

> "Ao longo do curso, senti muita falta do apoio na universidade para compreender a minha situação: uma proposta que poderia ter na universidade que ajudaria as mães e também os alunos [...] que seria, pelo menos, uma sala onde a mãe previamente avisaria que necessitaria de deixar seu filho nesse local enquanto estiver em sala de aula. Para os alunos, poderia servir como projeto de extensão ou como um estágio, até mesmo porque nem todos têm a oportunidade de estagiar no horário oposto do de sala de aula, principalmente os alunos do turno da noite. Por muitas vezes, temos que trabalhar o dia inteiro, e o tempo que sobra é apenas a noite para estudar. Dessa forma, todos seriam beneficiados ao longo do tempo, e seria gratificante tanto para a mãe, com novas oportunidades na universidade, de oferecer oportunidades a essas mães para permanecer e terminar o curso de graduação" (A.P., 2023).

> "E é discutindo conceitos como esses, vivenciando direta e indiretamente, que percebo a urgência de se trabalhar com temáticas como essas, pois ainda temos que romper com muitas questões para, de fato, termos os espaços e ambientes justos entre as pessoas" (J.P., 2023).

Com isso, verifica-se a importância de pensar em espaços de acolhimento para as crianças e suas mães dentro da universidade, como fraldários, por exemplo. Raupp (2004) dialoga diretamente com a experiência da *hermana* A.P. ao mostrar como a instalação de creches pode ser fundamental para esse acolhimento, além de constituir uma política capaz de atender às demandas das estudantes mães, contribuindo para o acesso e a permanência dessas mulheres na universidade e para o cuidado de seus filhos e filhas. Além disso, a creche universitária pode constituir um espaço de formação acadêmica e continuada, tornando-se um lócus para ações de ensino, pesquisa e extensão, ao mesmo tempo que garante acolhimento e possibilidades formativas às crianças.

Outra sugestão levantada foi a implementação de discussões e reflexões sobre gênero no espaço universitário, tanto por meio da promoção de discussões sobre o tema e da escuta das mulheres quanto pela consideração das questões de gênero na elaboração e implementação de regimentos, políticas, resoluções e currículos da universidade (Soares, 2023).

Diante de todas as discussões realizadas até aqui, conclui-se que é importante e urgente efetivar políticas de apoio às estudantes mães na universidade. Essas políticas devem contemplar estratégias de acesso e permanência que reconheçam suas múltiplas realidades. Concluímos, ainda, que "a exploração do trabalho e a expropriação do tempo e da energia das mulheres não têm apenas homens na outra ponta das relações cotidianas que as efetivam" (Biroli, 2018, p. 35). Por isso, ao sugerirmos tais estratégias, é essencial que elas considerem questões relacionadas à raça, à classe, ao território, entre outras dimensões, para a promoção efetiva de políticas de apoio às mulheres e para o fortalecimento da justiça social.

Conclusão

A partir das escrevivências das *hermanas* mães e estudantes participantes da pesquisa, dos dados do IBGE (2023) e da Andifes (2019) e das discussões teóricas de pesquisadoras que analisam como as relações de gênero, sobretudo a maternidade, influenciam as experiências, o acesso aos direitos e o exercício da cidadania das mulheres, evidenciamos que as estudantes mães vivenciam desvantagens e vulnerabilidades no espaço acadêmico.

Essas desvantagens estão relacionadas à sobrecarga de trabalho imposta às mulheres em decorrência da divisão sexual do trabalho não remunerado. No caso das participantes da pesquisa, essa sobrecarga se manifesta na necessidade de conciliar o trabalho doméstico, o trabalho do cuidado dos filhos e filhas e as atividades acadêmicas.

As múltiplas demandas presentes em seus cotidianos fazem com que elas não consigam se dedicar plenamente às atividades universitárias e tampouco participar de programas e atividades extracurriculares ofertados pela instituição de ensino. Essa limitação pode repercutir em seu desempenho acadêmico, em sua formação e em suas possibilidades profissionais futuras, haja vista que processos seletivos podem considerar experiências e atividades desenvolvidas ao longo da formação acadêmica.

Outro achado importante diz respeito aos contextos de parentalidade (quantidade de filhos e filhas, maternidade solo e maternidade solo de criança com deficiência), os quais podem intensificar as desvantagens e vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres estudantes. Nesse sentido, os diferentes atravessamentos — classe, raça, território e

contexto de parentalidade — articulam-se às experiências dessas mulheres e podem ocasionar maiores desafios em suas trajetórias acadêmicas.

Conclui-se, portanto, sobre a importância da promoção de políticas efetivas que favoreçam o acesso e a permanência das mães estudantes na universidade. Essas políticas devem assumir uma perspectiva interseccional, pois, como evidenciado neste estudo, não basta universalizar os contextos de parentalidade. É necessário considerar as diferentes dimensões das desigualdades socialmente produzidas para promover a participação plena dessas mulheres em programas de ensino, pesquisa e extensão e em atividades extracurriculares, como eventos e publicações; garantir condições adequadas de vivência na estrutura física das instituições de ensino, incluindo espaços destinados às crianças e fraldários nos banheiros; e desenvolver estratégias institucionais que contribuam para que as estudantes não sejam prejudicadas em seu desempenho acadêmico.

Terminamos este texto com essas provocações e com o convite para pensarmos, juntos e juntas, estratégias efetivas de apoio às mulheres mães nas universidades.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo.* Estudos feministas, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106. Acesso em: 29 mar. 2026.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES. *V pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES – 201*8. Brasília, DF: Andifes/Fonaprece, 2019. Disponível em: https://www.andifes.org.br/?p=88796. Acesso em: 14 fev. 2026.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Persona, 1997.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORGES, Lize. *Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina*. Revista Direito e Sexualidade, Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-23, maio, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872. Acesso em: 10 fev. 2026.

CARUSO, Gabriela. *O vazio deixado pelas referências que se vão – Ou: perdemos bell hooks*. Rio de Janeiro: FGV, 2021. Disponível em: https://direitorio.fgv.br/noticia/o-vazio-deixado-pelas-referencias-que-se-vao-ou-perdemos-bell-hooks. Acesso: 09 mar. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. *Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidades e violência contra as mulheres não-brancas. Tradução de Carol Correia*. 1991. Disponível em: https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%e2%80%8a-%e2%80%8aparte-1-4/. Acesso em: 15 fev. 2026.

EVARISTO, Conceição. *A escrevivência e seus subtextos*. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosano. (org.). Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 59-73. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf#page=27. Acesso em: 11 fev. 2026.

FEDERICI, Silvia. O *ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Priscila da Silva. *Família monoparental feminina: desafios de ser mãe solo*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2022. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/234377. Acesso em: 10 fev. 2026.

GONSALVES, Elisa Pereira. *Conversas sobre a iniciação à pesquisa científica*. São Paulo: Editora Alínea, 2001.

HOOKS, bell. *Teoria Feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. O*utras formas de trabalho 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102020. Acesso em: 08 fev. 2026.

MESQUITA, Andréa Pacheco; SILVA, Gildete Ferreira da; SANTOS, Cryslanya Achylley Nascimento dos; PEREIRA, Larissa Anarely da Silva; DIAS, Flávia Maria Rodrigues; VASNCONCELOS, Maria Haryana dos Santos; LEITE, Emmily Pietra Clímaco Cavalcante; TEIXEIRA, Joyce Kelly Santos; LEONCIO, Ana Karolliny Sarmento; RODRIGUES, Ellen Bomfim. *"Quem pariu Mateus que balance": a reprodução do patriarcado e a solidão das mulheres/mães universitárias nos cuidados com os/as filhos/as*. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. Anais[...], Brasília, DF, v. 16, n. 1, 2019, p. 1-12.

RAUPP, Marilena Dandolini. *Creches nas Universidades Federais: questões, dilemas e perspectivas*. Educação e Sociedade, Campinas, SP, v. 25, n. 86, p. 197-217, abril, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000100010. Acesso em: 08 fev. 2026.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, Corona. *Economia do cuidado e desigualdades na América Latina: avanços recentes e desafios pendentes*. *In*: DÍAZ CORRAL, Carme; CARRASCO BENGOA, Cristina (org.). Economia feminista: desafios, propostas e alianças. São Paulo: Jandaíra, 2022. Cap. 6.

SOARES, Daiane Pereira. *Hoje eu me pari: escrevivências como ato de descobertas e resistências acerca da trajetória acadêmica*. 2023. 186f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2023. Disponível em: https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/36056. Acesso em: 15 fev. 2026.